



Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

INFORMATIVO COSEMS: CÂMARA TÉCNICA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E
ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Realizada no dia 06 de junho de 2022.

Horário: 13:30 hs

Modalidade: Virtual

PAUTAS

1. Plano Estadual Vigidesastres

Este item foi retirado de pauta, conforme relato dos representantes da SES na câmara técnica o assunto ainda está sendo debatido com as áreas técnicas responsáveis. Ressalta-se que o assunto foi abordado na Câmara Técnica do dia 11/04 e pode ser acessado os materiais na íntegra neste link:

[<https://www.cosemssc.org.br/informativo-ct-aps-e-vs-11-de-abril-de-2022/>](https://www.cosemssc.org.br/informativo-ct-aps-e-vs-11-de-abril-de-2022/)

2. Apresentação indicador ICSAP (Internações por Causas Sensíveis à Atenção Primária) por Regional de Saúde

Na reunião foi apresentado o método de cálculo do indicador e a nota técnica que esclarece alguns pontos até então não padronizados na nota de 2017. Conforme questionado pelo COSEMS na reunião e respondido pela área técnica da DAPS/SES, o assunto não seguirá para deliberação na CIB, pois se trata de um indicador estadual, considerado para fins de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Saúde 2020/2023. A Nota técnica foi repassada aos membros da câmara técnica COSEMS e pode ser conferida no site do Cosems.

Rua Esteves Júnior, nº 160, 12º andar – Centro – Florianópolis

CEP 88015-130 E-mail: cosemssc@cosemssc.org.br

Fones: 48-36648861 / 48-36648860



Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

3. Alteração e Retificação NT 002/2021

Essa nota Altera e republica a Nota Técnica Conjunta nº 002/2021 na data de última alteração em 22/07/2021 - DAPS/SPS/SES e COSEMS/SC e trata sobre o Atendimento na Atenção Primária à Saúde no Cenário de Combate ao Sars-Cov-2. Este assunto foi debatido na última CT e a nota não havia sido divulgada, pois os membros do Cosems sugeriram acréscimos de alguns itens que não estavam na nota ou estavam, mas não com a redação que contemplava as solicitações, como por exemplo o item 20 sobre a atuação dos agentes comunitários de saúde frente às ações na atenção primária e as medidas necessárias de enfrentamento à covid.

4. Retificação DELIBERAÇÃO 285/CIB/2018 - Linha de Cuidado Saúde Bucal (em anexo versão atualizada);

Os membros do Cosems tiveram acesso ao material em tempo oportuno e não houve solicitação de alteração ou acréscimo de informação. É importante a divulgação e conhecimento deste documento, uma vez que ele visa a melhor operacionalização da Política de Saúde Bucal no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e objetiva organizar a assistência dos serviços odontológicos, estabelece fluxos e qualificações por meio da ampliação do acesso e da longitudinalidade do cuidado.

5. Nota Técnica: Programa Saúde na Escola

A solicitação de elaboração dessa nota veio por meio da solicitação dos municípios no congresso do Cosems, neste sentido foi redigida e apresentada em câmara técnica para ciência e solicitação de alteração, caso houvesse necessidade e no momento não houve manifestação dos municípios, passando a nota técnica a valer a partir dessa validação dos membros. Em breve será divulgada.



Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina

6. Tratamento de gestantes positivas para toxoplasmose

Trata sobre a importância da realização do teste de avidéz para o início do tratamento em gestantes positivas para toxoplasmose, diante da indisponibilidade, segundo informações e confirmação do LACEN (Laboratório Central de Saúde Pública). Uma vez que é obrigatório segundo o protocolo de tratamento a realização deste teste para a dispensação e tratamento das gestantes positivas. Foi solicitado ao Estado (LACEN e Vigilância em Saúde) alternativas que minimizem este problema ou que possam indicar alternativas para que as gestantes consigam realizar o teste pelo LACEN e conseqüentemente iniciarem o tratamento medicamentoso.

7. Treinamentos da sala de vacina

Este assunto de pauta já foi abordado em outras CTS e trouxe a necessidade dos treinamentos de sala de vacina, tendo em vista a exigência deste para os profissionais vacinadores. Segundo informações advindas dos municípios, custaria cerca de 15 mil reais realizar um treinamento deste pelo estado e como há normativa de obrigatoriedade é preciso buscar alternativas para que ocorram ainda neste ano, mais cursos como estes para todas as regiões catarinenses. Vale destacar que o curso vem sendo ofertado, porém ainda faltam municípios que necessitam e vêm encontrando barreiras para realizá-lo.

Priscila de Meira da Silva

Assessoria técnica COSEMS/SC